

Carta do senador Ciro Nogueira ao juiz da 13ª Vara Criminal de Curitiba

Foi com perplexidade e indignação que recebi acusações publicadas pela imprensa envolvendo meu nome, no contexto da delação premiada que estaria sendo feita pelo ex-diretor da Petrobras, senhor Paulo Roberto Costa.

Aguardei, em um primeiro instante, que pudesse haver alguma correção das inverdades relacionadas a meu nome, mas diante da ausência dessas retificações notifico V.Excia. sobre alguns aspectos que considero fundamentais e que podem nortear as apurações em curso, por parte desse foro.

Primeiramente, como cidadão e representante do povo, entendo que toda iniciativa que tenha como escopo a melhoria dos padrões de ética na vida pública deve merecer de todos nós o mais irrestrito apoio. Receba, portanto, minha manifestação de apreço pelo propósito de combater desmandos na esfera de nossas instituições republicanas.

Isso posto, quero manifestar pública e oficialmente que jamais mantive qualquer contato com o senhor Paulo Roberto que não tenha obedecido aos ditames da lei e da ética.

Assumi a presidência do Partido Progressista apenas em abril de 2013 – um ano após a saída do então diretor da Petrobras do cargo que ocupava. Sendo assim, como presidente do PP jamais interagi com o diretor daquela estatal, pelo simples e elementar fato de que não houve coincidência do exercício dessas funções.

No caso do senhor Paulo Roberto, evidentemente tive alguns poucos e raros contatos, os quais constavam da agenda pública da Petrobrás, por conta de interesses do meu estado, o Piauí, com ênfase para a viabilidade do porto de Luís Correia, o gasoduto ligando Piauí, Maranhão e Ceará, a viabilidade do setor sucroalcooleiro em nosso estado. Esses encontros sempre foram pautados pelo interesse público e alguns deles acompanhados por outras lideranças do estado, inclusive o governador, em certa ocasião.

Até a publicação das recentes imputações feitas ao senhor Paulo Roberto, tinha em relação a ele a impressão positiva de um técnico sério e competente.

Considero que o instrumento da delação premiada pode ser um eficiente meio para o combate à corrupção, mas esse mecanismo não deve, nem pode, ser utilizado para atingir pessoas honradas ou denegrir inocentes, protegendo eventualmente culpados. Por tudo isso, esse poderoso artifício legal deve ser utilizado com equilíbrio e senso de justiça, para que possa trazer os benefícios que a sociedade espera, sem causar danos a pessoas que se sentem injustiçadas, por se verem alvo de acusações sem qualquer base na realidade.

Diante de tudo isso, tendo o dever de dar também uma resposta política à sociedade brasileira e de meu estado. Informo V.Excia. que abro mão de qualquer tipo de segredo de Justiça sobre qualquer alegação que se refira a mim. Caso haja menção a meu nome, autorizo desde já que esse Juízo torne imediatamente públicas informações a meu respeito.

Faço isso porque não tenho nada a temer ou dever, no que diz respeito à minha conduta em relação ao senhor Paulo Roberto especificamente e também à minha conduta como cidadão, de forma mais ampla.

Serei ainda mais específico: assumo o seguinte compromisso publico:

Renunciarei ao meu mandato se houver qualquer transação que beneficie a mim ou qualquer estrutura empresarial da qual seja sócio, cotista ou esteja de alguma forma individual e diretamente relacionado, no contexto das investigações vigentes;

Renunciarei a meu mandato se houver qualquer comprovação de vínculo financeiro ilegal ou impróprio, também no contexto dos temas tratados pelo senhor Paulo Roberto;

Renunciarei ao mandato se houver qualquer registro financeiro, no Brasil ou no exterior, que sirva como vínculo com as confissões feitas pelo ex-diretor da Petrobras;

Renunciarei a meu mandato se houver a revelação de áudio ou vídeo de qualquer conversa imprópria do ponto de vista ético, entre mim e o senhor Paulo Roberto ou qualquer integrante de seu suposto esquema.

No tocante ao servidor de meu gabinete flagrado em relação imprópria com personagens da investigação conduzida por V. Excia, encaminho depoimento prestado pelo servidor – sumariamente afastado por mim após tomar conhecimento dos fatos publicados pela imprensa – no qual o funcionário reconhece que agiu sem meu conhecimento, por iniciativa própria, traindo a confiança funcional devida.

Em síntese, estou assumindo um compromisso com a Nação de que não há nada de verdadeiro em alegações que me coloquem como partícipe de qualquer comportamento censurável no que concerne a Petrobras ou seus ex-diretores.

Exatamente por me sentir vítima de vinculações caluniosas envolvendo meu nome e por ter a consciência serena em relação aos meus atos é que posso expressar, com clareza e firmeza, as posições que assumo aqui.

Coloco-me à disposição de V.Excia e transmito minhas cordiais saudações.

Atenciosamente,
Senador Ciro Nogueira